

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



Mala Direta
Postal

9912271704-DR/PR

SENAR

-----CORREIOS-----

SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1167

20 a 26 de fevereiro de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

Venda de terras a estrangeiros

A discussão em Brasília e a posição da FAEP

O Código Florestal na reta final

- 2 Terras**
Venda a estrangeiros
-
- 6 Entrevista**
Presidente da Embrapa
-
- 7 Seguro**
Pressão em Brasília
-
- 8 Código Florestal**
Reta final na Câmara
-
- 10 ADA**
Prazo até setembro
-
- 11 Milhinho**
Alternativa aos pequenos
-
- 12 Superpopulação**
Como alimentar 9 bilhões
-
- 14 Café e água em gel**
-
- 15 Mandioca**
A novidade da Embrapa
-
- 16 Leite**
A balança comercial
-
- 17 Conseleite**
-
- 18 Via rápida**
Fidel, Trânsito, Pica-paus, Tamar, Japonês, Arrendimentos e etc
-
- 20 Cursos**
Apontamento da cana, Platicultura, Jardineiro, Transporte, posses e etc
-
- 22 Combustíveis**
O preço da gasolina
-
- 23 Notas**

Terra para

A limitação de compra de áreas rurais no país por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras vai agitar os debates na Câmara Federal nas próximas semanas. A subcomissão que trata do tema tem até 23 de março para finalizar seus trabalhos, e seu relator, Beto Fato (PT-PA) e o presidente Homero Pereira (PDS-MT) tem posições e pontos de vista diferentes.

Atenta a esse problema, na Assembleia Geral Ordinária do Sistema FAEP, realizada no dia 23 de janeiro último, o seu Conselho de Representantes discutiu a questão e tomou algumas deliberações (veja página 4).

Atualmente a compra de terras por estrangeiros está regida



os gringos

Câmara vai debater a compra de terra por estrangeiros

pela lei nº 5.709/71, mas pareceres da Advocacia Geral da União (AGU) deram diferentes interpretações ao seu texto. Em 1997, a interpretação inicial, baseada na Constituição de 1988, a AGU entendeu que as empresas nacionais controladas por capital estrangeiro não estariam sujeitas a limites para aquisição de propriedades. Isso provocou uma “corrida” e um descontrole de aquisições pelos “gringos”. Os cartórios, por exemplo, não estavam realizando os registros em livros próprios.





Deputado Federal Beto Faro (PT-PA)



Fotos: Divulgação

Deputado Federal Homero Pereira (PDS-MT)

Em 2008 a AGU reinterpretou o texto anterior e deu parecer limitando as aquisições por estrangeiros. Dois anos depois o Advogado Geral da União, Luis Adams, deu novo parecer (LA-01/2010) prevendo, entre outras restrições, de que as empresas não poderão adquirir imóvel rural que tenha mais de 100 módulos fiscais de exploração indefinida. Só poderão ser adquiridos imóveis rurais destinados à implantação de projetos agrícolas, pecuários e industriais que estejam vinculados aos seus objetivos de negócio previstos em estatuto. Esses projetos devem ser aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As restrições preveem ainda que a soma das áreas rurais pertencentes a empresas estrangeiras ou controladas por estrangeiros não poderá ultrapassar 25 por cento da superfície do município.

A controvérsia na Subcomissão

Para tentar acabar com o tiroteio jurídico e atualizar uma lei (5.709/71) de mais de quatro décadas atrás, instalou-se no ano passado, na Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara Federal (CA-PADR), uma subcomissão para discutir e elaborar uma legislação regulamentando a compra de terras por estrangeiros. Um

relatório foi elaborado mas não votado diante de um impasse entre a proposta do Relator Beto Faro e do Presidente da Subcomissão, Homero Pereira. A votação foi postergada para a atual legislatura, ainda em fevereiro ou março.

A principal diferença das duas propostas se refere à classificação de empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro. Faro dá a classificação como empresas estrangeiras, com uma série de limites para a aquisição de terras. O deputado Homero Pereira considera que elas são empresas brasileiras, sem limites para aquisição de imóveis. Também há divergência na questão da aquisição por parte de ONG's e Fundos Soberanos (pertencentes a governos de países estrangeiros). O Relator entende que é possível a aquisição, com restrições. O presidente da subcomissão é contra.

É nesse cenário que a subcomissão tentará um consenso sobre esse tema, em que o relator Faro lembra que o governo nem sabe o que os estrangeiros já compraram. “Dizem que são 4 milhões de hectares, mas não há um cadastro nacional confirmando esse dado”, disse ele à Rádio Câmara. Ele também levanta a necessidade de “reciprocidade” com outros países, a maioria deles restringindo a compra de áreas rurais por estrangeiros. (Veja página 5).

Existem 34.371 mil imóveis rurais registrados em nome de estrangeiros no Brasil em uma área de aproximadamente 4.348 milhões de hectares. Só em Mato Grosso são 1.229 propriedades em 844 mil hectares. Os dados são do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Contudo, os números estão bem longe da realidade brasileira constados pelo Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A posição do conselho do Sistema Faep

O Conselho de Representantes da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) aprovou na Assembleia Geral as seguintes deliberações:

1. Concordância com o Parecer AGU nº 01/2010-LA, uma vez que se faz necessário à manutenção de legislação que trata da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, atualmente consubstanciada na Lei nº 5.709/71, até ulterior disposição;
2. Aprovação do Projeto de Lei elaborado pela subcomissão, instalada no âmbito da Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara (CAPADR), com novas regras e definições quanto à permissão de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, quer seja pessoa física ou jurídica;
3. Limitação para aquisição/arrendamento/doação de terras no máximo de 50 módulos fiscais, com até 2.500 hectares para pessoa física estrangeira e, no máximo de 100 módulos fiscais, com até 5.000 hectares para as pessoas jurídicas estrangeiras;
4. Tratamento assemelhado, de 100 módulos fiscais, com até 5.000 hectares para as empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro;
5. Vedar a aquisição por parte de ONG's com capital estrangeiro ou sede fora do Brasil, Fundos Soberanos Estrangeiros e Fundação particular de ONG's e empresas estrangeiras;
6. Dispensa de autorização do INCRA para as aquisições de até 4 módulos fiscais e em casos de arrendamento

de até 10 módulos fiscais;

7. A soma das áreas rurais pertencentes ou arrendadas a pessoas estrangeiras não poderá ultrapassar a um quarto (25%) da superfície dos municípios, limitadas a 10% para as pessoas de mesma nacionalidade;
8. Nos parcelamentos rurais, efetuados por empresas privadas, no mínimo 50% dos lotes terão que ser destinados a brasileiros;
9. Assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional para a aquisição por pessoas estrangeiras, de imóvel rural situado em áreas de fronteira e áreas indispensáveis à segurança nacional;
10. Os Cartórios de Registro de Imóveis manterão cadastro especial das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros e remeterão, trimestralmente, ou quando solicitados, à Corregedoria de Justiça dos Estados e ao INCRA, os dados constantes do cadastro;
11. O Congresso Nacional poderá autorizar a aquisição além dos limites ora fixados, quando se tratar de implantação de projetos julgados prioritários em face dos planos de desenvolvimento do país.

A legislação dos países estrangeiros

Estados Unidos: Impõe aos estrangeiros elaborar relatórios das aquisições à Secretaria de Agricultura. Mas alguns Estados possuem regulamentos próprios. Em Nova York o estrangeiro deve se naturalizar americano; em Iowa, só podem ser negociadas terras não destinadas à agricultura e no Missouri as terras não podem ser de estrangeiros;

Israel: 93% das terras pertencem ao Estado (Fundo Nacional Judaico ou à Autoridade Israelense para o Desenvolvimento). A aquisição não é permitida a estrangeiros.

Espanha: Além de restrições para áreas consideradas de Defesa Nacional, estrangeiros só podem adquirir propriedades rurais limitadas de 4 a 20 hectares. Arrendamento rural apenas a europeus.

Soja resistente à seca ainda vai demorar

Divulgação

O presidente da Embrapa, Pedro Antônio Arraes Pereira, concedeu entrevista à jornalista Cynthia Calderon, do Campo&Cia (www.campoecia.com.br) – o programa de rádio do produtor rural paranaense. Pereira abordou a questão do desenvolvimento de variedades transgênicas resistentes à seca.

Pergunta – A Embrapa está fazendo novas pesquisas com variedades transgênicas mais resistentes à seca. No Paraná acabamos de sair de uma estiagem que quebrou em quase 20% a nossa safra.

Como estão estas pesquisas?

Pedro Antônio – *As pesquisas ainda estão num momento inicial. Nós temos trabalhado com milho, soja, feijão e cana-de-açúcar. Os estudos com a soja estão um pouco mais avançados. Aliás, temos uma parceria com a Jaicas, a Embrapa do Japão, onde os japoneses têm uma resistência aos estresses hídricos em período de estiagem. Agora isso está sendo testado em nível de laboratório. Os primeiros testes foram muito promissores. Nós não esperamos transformar a soja ou o milho em cactos, por exemplo. No entanto, esperamos que elas possam ter uma quebra menor de produção, ou uma quebra quase ínfima de produção, tendo um veranico um pouco mais extenso.*

P – Quando se fala de um avanço, o senhor tem uma previsão de quando isso poderá virar realidade?

P. A. – *Eu estou pensando em cinco ou sete anos. A questão das plantas geneticamente modificadas leva muito tempo e, com o conhecimento que nós temos hoje, não há como acelerar muito. Por exemplo, quando você comprova que determinada planta apresenta realmente*



uma característica, como maior resistência à falta de água, há todo um trabalho de regulamentação que deve ser feito para que esta planta seja aprovada. Um exemplo disso é o que aconteceu recentemente quando a Embrapa conseguiu aprovar um feijão resistente a uma virose muito séria, o mosaico dourado. O processo de aprovação demorou muito tempo, porque teve que passar pela Comissão Nacional de Biossegurança. Há uma série de passos a serem feitos para que a gente tenha a certeza que aquilo que está se produzindo é seguro e tem as mesmas qualidades de um milho ou de uma soja que não tem esta modificação genética.

P – Quais pesquisas estão em andamento na Embrapa e que em breve se tornarão realidade no campo?

P. A. – *Nós estamos realizando um trabalho no Paraná, através da Cocamar, que é a integração da lavoura, pecuária e floresta. É um trabalho extremamente interessante. São sistemas sustentáveis e o Paraná tem todo o potencial para adotá-los pelos princípios conservacionistas presentes no Estado. Lembrando que essa integração está dentro da proposta do programa ABC (Agricultura de baixo carbono).*

Pedro Antônio Arraes Pereira é carioca, engenheiro-agrônomo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com mestrado e doutorado em Melhoramento Genético de Plantas na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos. Iniciou a carreira como pesquisador bolsista na Embrapa em 1977. Assume o cargo de diretor-presidente da instituição em 1995.

“Menos de 10% das áreas destinadas a agricultura no Brasil tem seguro agrícola. Como há um risco de catástrofe climática na produção agrícola que onera o custo de contratação do seguro rural, esse programa é fundamental para aumentar a adesão dos produtores. Sem esse programa o seguro agrícola é inviável no país”. Essa constatação e outros fortes argumentos estão em ofício encaminhado pelo presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette à autoridades federais, em Brasília (*).

O documento lembra que nos países em que a experiência com seguro agrícola obteve êxito, a participação do Estado com programas de subvenção ao prêmio foi fundamental para alavancar a contratação pelos produtores e despertar o interesse de seguradoras por um mercado de alto risco.

“O programa de subvenção brasileiro tem sofrido contingência de recursos nos últimos anos. A Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2011 aprovou R\$ 406 milhões para o seguro rural. No entanto, o governo federal liberou apenas R\$ 253,5 milhões para o seguro agrícola, exatamente na safra em que o Brasil sofre com a estiagem com prejuízos na agricultura que ultrapassam os R\$ 10 bilhões e que devem se propagar pela economia nos próximos anos”.

Corte e Fundo Catástrofe

Apesar da reconhecida importância do seguro o futuro do Programa é incerto. A demanda dos produtores calculada para 2012 é de R\$ 670 milhões, mas na Lei Orçamentária Anual (LOA) apenas R\$ 174 milhões foram aprovados, “um retrocesso na política agrícola que representa um dos menores valores dos últimos anos e reduz a cobertura do seguro para menos de 6% da área destinada para a agricultura no país”, argumenta Meneguette.

Outro dado importante é que o fomento ao seguro agrícola poderá ser ampliado se for regulamentada a Lei Complementar 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União no chamado Fundo Catástrofe (FC). O fundo, quando for instituído, funcionará como um resseguro, fornecendo às seguradoras e resseguradoras cobertura suplementar em caso de catástrofes que atinjam grande número de segurados. Isso proporcionará

Política agrícola

FAEP pede mais recursos ao Seguro Rural

Fernando Santos



“Um retrocesso na política agrícola que representa um dos menores valores dos últimos anos e reduz a cobertura do seguro para menos de 6% da área destinada para a agricultura no país.

*Ágide Meneguette,
presidente da FAEP.*

maior oferta de seguro agrícola para atividades de maior risco e estabilidade ao sistema.

Além da subvenção federal, há programas estaduais de subvenção. São Paulo é o estado que tem a melhor experiência, com um programa de maior abrangência e mais consolidado. O Paraná tem um programa de subvenção ao trigo, que será ampliado em breve para milho de segunda safra e café. Ambos dependem e são atrelados ao programa federal.

Assim, finaliza o presidente do Sistema FAEP na mensagem aos ministros e parlamentares, “é urgente alocação de recursos federais no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural na ordem de R\$ 496 milhões e a imediata regulamentação do Fundo de Catástrofe”.

*Documento enviado à Presidente da República, aos ministros da Fazenda, Planejamento, Agricultura, Casa Civil, à bancada federal do Paraná e à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

As principais modificações

Modificado pelo Senado, o texto do Novo Código retorna à Câmara

** Carla Beck – Eng.^a Agrônoma-DTE/FAEP*

O novo Código Florestal foi aprovado pelo Senado em dezembro do ano passado, com modificações no texto oriundo da Câmara dos Deputados. O texto retornou à Câmara para apreciação final antes de ser encaminhado para sanção presidencial. A Câmara não pode mais fazer alterações no texto; pode apenas acatar ou rejeitar os dispositivos do Senado, trocando-os pelo texto original dos deputados.

Alguns deputados defendem que a Câmara rejeite algumas das alterações do Senado e volte para a redação inicial aprovado pelos deputados em maio. A princípio a votação do texto foi marcada para os dias 6 e 7 de março.

Entenda agora os principais pontos a serem considerados.

Reserva Legal

O Senado manteve a isenção de Reserva Legal para imóveis rurais até quatro módulos fiscais (72 ha no Paraná). Para imóveis maiores que quatro módulos a regra é a soma da Área de Preservação Permanente (APP) mais a Reserva Legal no cálculo dos 20% de área com floresta. Entretanto, para áreas

desmatadas após 22 de junho de 2008, o Senado exigiu a suspensão das atividades e sua recomposição em até cinco anos. Já o texto que saiu da Câmara não dava prazo para recomposição das áreas de Reserva Legal desmatadas após junho de 2008.

Áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

A emenda 164 aprovada na Câmara consolidava todas as áreas em uso nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). Assegurava às propriedades rurais a manutenção de atividades agrossilvopastoris nas margens dos rios, desde que consolidadas até 2008, autorizando o uso de APPs para alguns tipos de cultivos, como maçã e café. A pecuária também ficaria permitida em encostas de até 45 graus sem estabelecer limites de recuperação. A emenda remeteu aos estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA), o poder de estabelecer outras atividades que possam justificar a regularização destas áreas. Já o texto do Senado determina que áreas desmatadas irregularmente até 2008 não possam ser automaticamente consideradas consolidadas, e que devem ser reflorestadas estabelecendo percentuais de recuperação nas APPs. Na proposta do Senado, cabe a União definir regras para os PRAs.

O texto que saiu da Câmara previa redução da APP para 15 metros na recuperação de vegetação para rios com largura de até 10 metros, mantendo as demais

s do novo Código Florestal

dimensões conforme a lei em vigor. Permite-se ainda, a intervenção em APP em casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto, porém sem conceituação. Já o Senado limitou a intervenção em APP definindo claramente os casos que podem ser considerados de utilidade pública, interesse social e baixo impacto.

O Senado estabeleceu mais algumas regras como:

1. As propriedades com áreas de até quatro módulos fiscais não precisam exceder a recuperação em mais de 20% da área da propriedade rural. Isso é, o limite seria de no máximo 20% da propriedade.
2. Para propriedades maiores que quatro módulos fiscais em margem de rios, os conselhos estaduais de meio ambiente estabelecerão as áreas mínimas de matas ciliares, respeitando o limite correspondente à metade da largura do rio, observando o mínimo de 30 metros e máximo de 100 metros.
3. Proibição de utilizar o último terço dos morros para pastagens plantadas.
4. Bacias hidrográficas com grandes áreas desmatadas poderão ter suas APPs aumentadas, de acordo com a avaliação do Poder Executivo Estadual e com autorização dos Comitês de Bacias e Conselhos do Meio Ambiente.

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O registro do CAR, feito em órgão público, traria dados sobre as áreas de ve-

getação de uma propriedade, com objetivo de cadastrar as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal além de facilitar o trabalho de fiscalização. O registro da Reserva Legal no CAR, desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis. No texto da Câmara o produtor poderia acessar financiamentos sem aderir ao CAR, já no Senado, por sugestão do Ministério do Meio Ambiente, determinou que após cinco anos o produtor precisa comprovar a adesão ao CAR para conseguir financiamento rural.

Agricultura familiar e incentivos econômicos

O Senado adicionou dois novos assuntos ao projeto: Pequena propriedade rural e incentivos econômicos. A agricultura familiar poderá manter cultivos e outras atividades de baixo impacto ambiental em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal, desde que o imóvel esteja inscrito no CAR e que as atividades sejam declaradas ao órgão ambiental. O registro da Reserva Legal no CAR será gratuito para as unidades rurais familiares. Como incentivos econômicos, o agricultor poderá receber retribuição monetária por atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais. O Poder Executivo Federal fica responsável para, no prazo de 180 dias, elaborar o programa de apoio e incentivo a conservação do meio ambiente.

Ato Declaratório do Ibama (ADA 2012)

Arquivo

Deve ser cadastrado até 30 de setembro

E stá disponível no site do Ibama, o formulário eletrônico do ADA, exercício 2012. O prazo oficial para cadastramento da declaração original do ADA 2012 teve início em 1º de janeiro de 2012 e se estende até 30/09/2012.

O formulário poderá ser preenchido antes do início do prazo de apresentação da declaração do ITR 2012, que será disponibilizada em agosto e setembro vindouro, pela Receita Federal.

O Paraná foi o Estado brasileiro que liderou o preenchimento do ADA, segundo a administração do Órgão, em Brasília. Entre 1997 e 2010, foram preenchidos e transmitidos 126.195 ADAs.

“Os Sindicatos Rurais do Paraná deram grande contribuição para se atingir esse número”, diz Luiz Antonio Finco, do Departamento Sindical da FAEP.

O que é

É um documento através do qual se declara ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) as Áreas de Preservação Permanente e de utilização limitada (área de Reserva Legal, de reserva particular do patrimônio natural, de servidão florestal ou ambiental, de declarado interesse ecológico e áreas cobertas

por floresta nativa) existentes no imóvel rural.

Quem está obrigado

Só estão obrigados a preencher o ADA 2012 ao Ibama, os declarantes de imóveis rurais, pessoas físicas e jurídicas, que se sujeitam à apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR), e que irão informar nessa declaração a existência de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e outras áreas de preservação ambiental.

Benefícios e Penalidades

O Ato Declaratório 2012 possibilitará ao proprietário rural ser beneficiado de isenção do ITR 2012, sobre as áreas declaradas como de preservação permanente, de Reserva Legal e demais áreas de preservação ambiental.

E perderá essa isenção, caso o ITR seja declarado sem o ADA do Ibama. Segundo entendimento da Receita Federal, se as Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e outras áreas de preservação ambiental, forem excluídas da tributação pelo ITR, o proprietário deverá pagar a diferença de imposto que deixou de ser recolhido, em virtude da exclusão das referidas áreas.

Para acessar no site do Ibama o ADA 2012: http://servicos.ibama.gov.br/cogeq/index.php?id_menu=76

Com um pouco mais de cinco centímetros, a mini-hortaliça conhecida como minimilho chamou a atenção de quem passou pelo estande da Embrapa durante o Show Rural no início desse mês. Como é cultivada em qualquer lugar onde se planta o milho grão, a espiga ainda jovem do milho pode ser uma alternativa para diversificar a renda do pequeno agricultor. Um produto considerado fino, a hortaliça é usada na elaboração de saladas e conservas.

O analista da Embrapa Milho e Sorgo, Silvio Torres Pessoa, explica que para obter o minimilho podem ser utilizados os milhos do tipo doce, pipoca e comum. Para o pequeno produtor, que utiliza mão-de-obra familiar, o mais recomendado é a variedade o uso do milho normal em razão do menor custo.

Segundo ele, a colheita pode ser realizada até aos 45 dias, nos meses de verão ou durante 70 dias, nos meses de inverno. O tempo médio de colheita leva 60 dias, a metade do período normal para a cultura de milho, em torno de 120 dias. “O produtor deve ficar de olho na hora da colheita, se o cabelo começar a soltar da boneca, o minimilho já está pronto para ser colhido”, orienta.

A maior diferença na produção da hortaliça ocorre no manejo, mais especificamente na densidade de plantio, que é três vezes maior que a usada na produção de milhos em grãos – uma média de 15 sementes por metro linear. Enquanto se plantam 60 mil pés por hectare no grão convencional, a semeadura do minimilho varia de 120 mil até 200 mil plantas por hectare.

Como a colheita é feita manualmente, o espaçamento entrelinhas não deve ser inferior a 80 cm para não dificultar essa operação. Na cultura do minimilho, o tempo de exploração do solo e a dependência por adubação são fatores que exigem menos que na cultura do milho em grão. Assim, grandes aportes de fertilizantes não serão traduzidos em ganhos de produtividade e lucros. Na produção da hortaliça, aplicam-se os mesmos nutrientes usados na cultura do milho em grão, porém em menores quantidades. O produtor que se interessar pela cultura pode encontrar mais informações no site da Embrapa: www.embrapa.br

Minimilho pode ser um bom negócio

O tempo médio de colheita leva 60 dias, a metade do período normal para a cultura de milho, em torno de 120 dias.



Lineu Filho

O analista da Embrapa Milho e Sorgo, Silvio Torres Pessoa

Recomendações

Após a colheita, as espigas devem ser armazenadas em local bem fresco para não perderem água. Segundo Pessoa, a perda de apenas 2% de água já é o suficiente para iniciar o processo de deterioração. O ideal é que o minimilho seja conservado em uma câmara fria, entre 7º e 10º, por aproximadamente oito dias.

Renda

Pelas contas do analista, a renda obtida pelo cultivo da hortaliça é maior ao milho convencional. Para a produção voltada para o consumo in-natura, como saladas, por exemplo, o rendimento é de R\$ 5 mil por hectare. Já para conservas, a renda média fica em torno de R\$ 11 mil por hectare.

Como alimentar a população mundial de 9 bilhões em 2050

Estímulo aos pequenos produtores e combate ao desperdício foram temas tratados em evento em Genebra

O mundo será habitado em 2050 por cerca de 9 bilhões de pessoas, que dependerão de um aumento entre 60 e 90% na produção de alimentos, com seu correspondente impacto no meio ambiente, ou da racionalização de sua produção e consumo.

Este foi o eixo do debate organizado em Genebra (Suíça), pela revista **“The Economist”**, com a participação de políticos, empresários e especialistas, para apresentar propostas e soluções perante a perspectiva de ter que alimentar 9 bilhões de pessoas dentro de 40 anos.

A potencialização dos pequenos produtores, especialmente nos países pobres e

em desenvolvimento, a melhora da cadeia de distribuição de alimentos e a luta contra o enorme desperdício de comida foram os assuntos discutidos durante o seminário.

O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o brasileiro José Graziano da Silva, abriu a jornada lembrando que três quartos dos 925 milhões de pessoas que passam fome no mundo vivem em áreas rurais de países pobres e em desenvolvimento, e apostou por melhorar sua capacidade de produção e acesso aos alimentos para reverter esta situação.

Graziano lembrou que hoje em dia a comida à disposição de cada pessoa é 40% su-



perior que em 1945, apesar de a população ter aumentado desde então em 4,5 bilhões de pessoas, algo que não se traduziu em uma divisão equitativa.

1 bilhão de desnutridos

“A evidência de nosso fracasso coletivo é que quase 1 bilhão de pessoas estão desnutridas e que mais de 1 bilhão sofrem de sobrepeso ou obesidade”, destacou.

De acordo com Graziano, o acesso aos alimentos no âmbito local tem dificuldades para ser melhorado. “Corremos o risco de ter um mundo em 2050 com suficiente comida para todos, mas ainda com milhões de pessoas desnutridas. Muito parecido com o de hoje”, disse.

“Inclusive se ampliarmos nossa produção agrícola em 60% (nos próximos 40 anos), a porcentagem de desnutrição nos países em desenvolvimento estará em torno de 4% em 2050, ou seja, haverá 300 milhões de pessoas alimentadas de forma insuficiente”, explicou.

O diretor-geral da FAO chamou a atenção também sobre o desperdício de comida, já que atualmente são desperdiçados ou esbanjados um terço dos alimentos produzidos, cerca de 1,3 bilhões de toneladas por ano, principalmente no mundo desenvolvido.

“Se reduzíssemos o esbanjamento e a perda de alimentos em torno de 25%, teríamos comida adicional para 500 milhões de pessoas ao ano sem ter que produzir mais”, explicou.

Rebeliões e crises

Paul Bulcke, executivo-chefe do gigante alimentício Nestlé, advertiu que além de levar em conta que dentro de 40 anos a população terá aumentado em 2,3 bilhões de pessoas, “estaremos em um mundo mais rico, que vai comer de forma diferente”.

Na sua opinião, neste contexto a produção de alimentos terá que ser incrementada

entre 70 e 80%, e inclusive poderia ter que chegar a 90%, levando em conta que “nos últimos anos o crescimento do rendimento de produção por hectare foi muito mais lento que o crescimento populacional”.

Bulcke, que dirige uma multinacional que emprega direta e indiretamente 25 milhões de pessoas no negócio da alimentação, destacou também a importância sociopolítica do setor, com uma crescente volatilidade dos preços que gerou em datas recentes rebeliões civis e quedas de Governos.

Ele criticou o protecionismo na produção agrícola, fazendo referência aos “bilhões de dólares investidos pelos países ricos para proteger seus produtores, provocando uma grave distorção do mercado internacional”.

Bulcke alertou também sobre o impacto dos biocombustíveis no aumento dos preços e sobre um risco associado, o da falta de água, para atender às necessidades futuras: “vamos ficar sem água muito mais rápido que sem petróleo”.

O Brasil como exemplo

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, falou sobre a distorção apresentada pelo mercado, com uma excessiva concentração da produção, alguns países produzindo mais de 75% de produtos como o arroz e a soja.

Lamy apontou a África “como a peça que falta no quebra-cabeças alimentício mundial” e como a solução potencial às necessidades de comida no mundo nas próximas décadas, já que se trata do continente com maior quantidade de terra cultiváveis e com menor produção.

O exemplo é o Brasil: “O milagre brasileiro poderia ser reproduzido. Em menos de 30 anos, este país deixou de importar alimentos para ser um dos maiores celeiros do mundo. Nesse mesmo período, a África passou de um exportador a um importador”, disse.

The Economist



Nova tributação não aumentará o preço do café

Américo Sato presidente da ABIC (Associação Brasileira das Indústrias do Café), Silas Brasileiro, presidente executivo da CNC (Conselho Nacional do Café), Breno Mesquita, presidente Comissão Nacional do Café da CNA e deputado Diego Andrade, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura assinaram nota garantindo que os preços do café torrado e moído para os consumidores não sofrerão aumento.

O esclarecimento é decorrência da Medida Provisória 545, aprovada dia 14 último pela Câmara dos Deputados e que havia sido assinada pela presidente Dilma Rousseff em 30 de setembro de 2011. “A prova de que a aprovação da MP 545 não influenciará os preços do café no varejo está no fato desta medida estar em vigor desde 1º de janeiro”, disseram.

Segundo a nota, nenhuma indústria está corrigindo seus preços em função da nova tributação, mas sim em decorrência da alta da matéria prima que vem ocor-



rendo há mais de um ano. “Nos grandes centros, por exemplo, os preços estão, inclusive, registrando declínio, por meio de promoções e ofertas que vem sendo realizadas pelo varejo”, exemplificam.

A nova tributação, que altera o regime tributário do PIS/PASEP e COFINS na cadeia produtiva do café, regulariza as operações no mercado interno, corrige

as distorções que o modelo anterior permitia, elimina as ilegalidades constadas na venda do café em grão cru e suprime os créditos tributários excessivos e desnecessários, que criaram privilégios e geraram desigualdades competitivas extremamente danosas à permanência no negócio da maioria das indústrias de café, complementa a nota.

Gel retém água para uso na agricultura

Um gel fabricado nos mesmos moldes das fraldas descartáveis de bebês e que pode ser aplicado na agricultura durante períodos de seca concorre neste ano ao prêmio concedido pelo Stockholm International Water Institute. O engenheiro mexicano Sergio Rico, do Instituto Nacional de Politécnica, utiliza o poliácrlato de sódio no produto. A substância é capaz de concentrar grandes quantidades de água em forma de gel.

O gel que absorve a água da chuva é enterrado nas raízes das plantas para mantê-las úmidas

O bloco de gel é colocado perto da



raiz do vegetal para que possa absorver a água das chuvas. Cada quilo de gel pode armazenar vários litros de água. Detalhe: a vida útil do produto é longa, variando entre oito a dez anos.

A equipe de Rico já testou o gel em pés de milho e obteve uma colheita bem superior ao método tradicional utilizado para aguar a área plantada.

No Brasil há empresas com produtos usados para retenção de água e fertilizantes para plantio de Eucalipto, Seringueira, Guanandi, Pinus, Citros e Café e frutíferas. Os preços, porém, não são módicos.

Agência Reuters

Os pesquisadores da Embrapa
Mandioca e Fruticultura Marco
Antônio Sedrez Rangel e
Rudiney Ringenberg

Lineu Filho

Nova variedade de mandioca

**Embrapa desenvolve a ABRs Moura.
Falta o Mapa bater o martelo**

A Embrapa Mandioca e Fruticultura desenvolveu uma nova variedade de mandioca de mesa – também conhecida como aipim ou macaxeira – a BRS Moura. Desenvolvido para as regiões Noroeste e extremo-Oeste do Paraná, o tubérculo tem como características a cor amarela intensa e resistência às principais doenças das regiões. O pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura, Marco Antônio Sedrez Rangel, explica que a nova variedade apresenta um cozimento inferior a 20 minutos e um padrão de massa considerado de boa qualidade, sem fibras. “A BRS Moura pode ser usada para a fabricação de alimentos como salgados e chips”, informa Rangel, acrescentando que existe mais de 800 marcas de salgadinhos no Brasil e que o setor movimentava uma média de R\$ 2 bilhões por ano.

Segundo ele, ao longo de três anos a Embrapa está desenvolvendo a pesquisa e constatou uma produtividade média de 24,4 toneladas por hectare. O primeiro plantio no Paraná ocorreu na escola agrícola do município de Diamante do Norte (5.485 habitantes-IBGE 2010) e outros experimentos estão sendo realizados em Nova Londrina e Paranavaí. A variedade ainda não está disponível no mercado, dependendo da aprovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

PRODUÇÃO

O Paraná é segundo maior produtor de raiz de mandioca no país, com uma área de 184 mil hectares. Somente em 2010, a produção do tubérculo atingiu 4 milhões de toneladas. A região Noroeste, em Paranavaí e Umuarama, concentra a maior área de mandioca, com 54 mil hectares e 43 mil hectares, respectivamente. O Estado perde apenas para o Pará, região Norte, onde a produção alcançou 4,5 bilhões de toneladas em 2010. Os dados são do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura do Estado (Seab).

A estimativa de colheita no Paraná é de 4,5 milhões de toneladas de mandioca em 2012. No Brasil, a produção fica em torno de 26 milhões de toneladas. O Estado também concentra a maioria das indústrias de fécula do país, com 71% do volume e uma produção de 421 mil toneladas.

Em 2004, o Brasil passou de importador a exportador líquido de lácteos, com um superávit na balança comercial de 70,4 mil toneladas. O setor comemorou e com toda razão, já que havia se habituado a saldos negativos, como em 2000, quando atingiu 298 mil toneladas. Até 2008 as exportações continuaram aumentando e parecia que o crescimento não se interromperia. Mas foi uma alegria efêmera.

Com a crise dos Estados Unidos em 2008, a demanda diminuiu e os preços internacionais dos lácteos, que em 2007 alcançaram preços recordes, minguiaram. No Brasil ficou mais fácil importar do que exportar, principalmente em função da relação cambial.

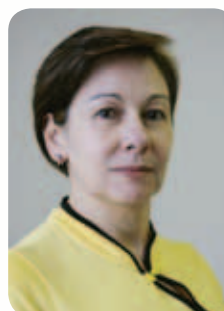
E os baixos preços internacionais acenderam o desejo importador, sem muita preocupação com os produtores nacionais de leite. Resultou no que registra o gráfico abaixo: saldo negativo a partir de 2009, culminando com 125 mil toneladas em 2011.

O ano de 2011 foi crítico. Desde 2002 não se registrava tamanho volume de importação láctea.

E 2012 se inicia no mesmo ritmo: em janeiro foram importadas 20,2 mil toneladas, contra 14,6 mil toneladas em janeiro de 2011, acréscimo de 38%, conforme mostra o próximo gráfico.

Aumentam as importações de leite

Uruguai é o trampolim?

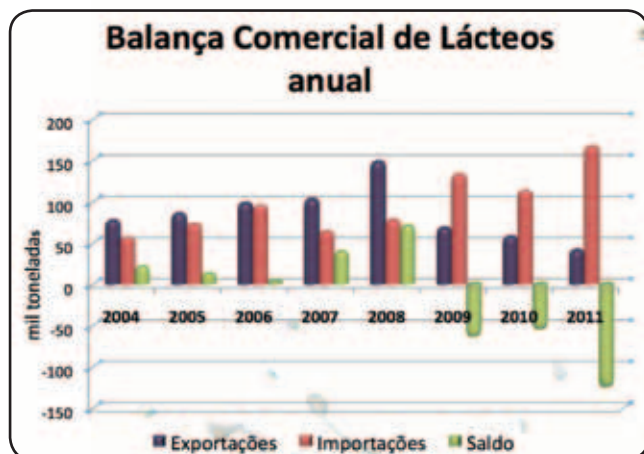


Por Maria Silvia Cavichia Digiovani,
engenheira-agrônoma
do DTE/FAEP

Alarmados com a situação, os produtores de leite solicitaram ao governo investigação sobre suspeita de triangulação nas vendas por países vizinhos.

A solicitação foi apresentada ao ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, pelo presidente da câmara setorial do leite, Rodrigo Alvim, em reunião com dirigentes das 27 câmaras setoriais e sete temáticas vinculadas à Pasta, no dia 9 de fevereiro. As câmaras são fóruns consultivos, com participação de representantes dos setores público e privado.

Segundo matéria divulgada pelo Milkpoint, Alvim suspeita que outros países estejam utilizando o Uruguai como escala para entrar no mercado brasileiro, aproveitando-se da tarifa zero no comércio dentro do Mercosul. “É uma concorrência predatória, que destrutura a produção nacional”, argumenta o dirigente. Ele afirmou que o crescimento expressivo na importação ainda não teve pressão sobre os preços internos por causa da redução da captação de leite, provocada pela estiagem no Rio Grande do Sul e excesso de chuvas em Minas Gerais.



Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná – **CONSELEITE-PARANÁ**

RESOLUÇÃO Nº 02/2012

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 14 de Fevereiro de 2012 na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em Janeiro de 2012 e a projeção do preço de referência para o mês de Fevereiro de 2012.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Janeiro/2012 calculado segundo metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contido no Anexo I do Regulamento; e o preço projetado de referência do mês de Janeiro (contido na Resolução 01/2012 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* – JANEIRO/2012

Matéria-prima	Valores projetados em 17/Janeiro/2012	Valores finais Janeiro/2012	Diferença (final - projetado)
I Leite acima do padrão (Maior valor de referência)	0,7733	0,7766	0,0033
II Leite Padrão (Preço de referência)	0,6724	0,6753	0,0029
III Leite abaixo do padrão 9 Menor valor de referência)	0,6113	0,6139	0,0026

(*) Observações: Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está inclusa a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Fevereiro de 2012, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Fevereiro/2012, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão contidos no Anexo I do Regulamento, e os valores finais de referência do mês de Janeiro/2012, são apresentados a seguir:

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* JANEIRO/2012 E PROJETADOS PARA FEVEREIRO/2012.

Matéria-prima	Valores finais Janeiro/2012	Valores projetados Fevereiro/2012	Diferença (Projetado - final)
I – Leite acima do padrão (Maior valor de referência)	0,7766	0,7725	- 0,0041
II – Leite Padrão (Preço de referência)	0,6753	0,6717	- 0,0036
III – Leite abaixo do padrão (Menor valor de referência)	0,6139	0,6106	- 0,0033

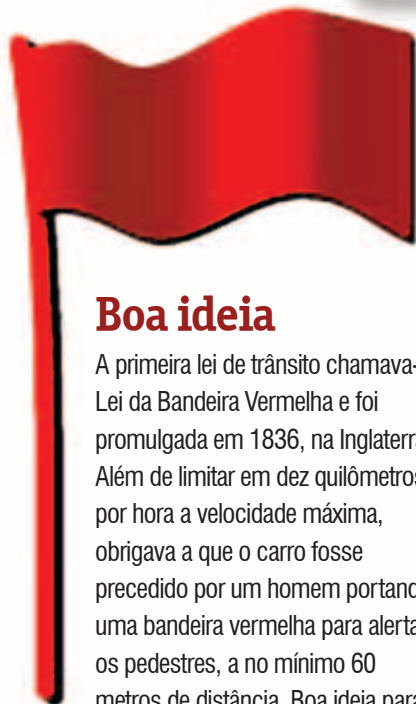
(*) Observações: Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está inclusa a CESSR (ex-Funrural) de 2,3% a ser descontada do produtor rural.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Fevereiro de 2012 é de R\$ 1,3518/litro.

Curitiba, 14 de Fevereiro de 2012

WILSON THIESEN Presidente

RONEI VOLPI Vice-Presidente



Boa ideia

A primeira lei de trânsito chamava-se Lei da Bandeira Vermelha e foi promulgada em 1836, na Inglaterra. Além de limitar em dez quilômetros por hora a velocidade máxima, obrigava a que o carro fosse precedido por um homem portando uma bandeira vermelha para alertar os pedestres, a no mínimo 60 metros de distância. Boa ideia para as grandes cidades.

638 vezes

As tentativas de assassinato contra Fidel Castro foram 638, de acordo com o documentário “638 ways to kill Castro”, exibido pelo Canal 4 britânico em 2006. E o homem continua lá, meio gagá, mas continua. Aliás, durante o governo Collor, Fidel Castro veio ao Brasil e visitou Lula.

O petista ofereceu um jantar secreto em sua casa, e pediu a Marisa, sua mulher, que preparasse a comida. Um dos membros da equipe de Fidel provou cada iguaria, e nada constatou. Na hora do jantar, Fidel tentou engolir um bife rolê inteiro, e engasgou com o palito. Sem respirar, o “comandante” começou a ficar roxo, até que tapas de Lula em suas costas resolveram o problema. Não foi uma tentativa de assassinato.



Como assim?

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos mostrou que os homens usam em média 1.500 palavras por dia, enquanto as mulheres usam, no mínimo, o dobro. Num congresso, quando o estudo foi apresentado, uma mulher se levantou e disse:

– É lógico que as mulheres falam o dobro que os homens: nós temos que repetir tudo o que dizemos para que os homens entendam!

E o orador perguntou:

– Como assim?

Constatações

O otimista acha que esse é o melhor dos mundos; o pessimista tem certeza”

- Ter a consciência limpa é ter a memória fraca”
- A vida é maravilhosa, sem ela estaríamos mortos”
- Conhece-te a ti mesmo, mas não fique íntimo”
- A prática leva à perfeição, exceto na roleta russa”



Cem por minuto

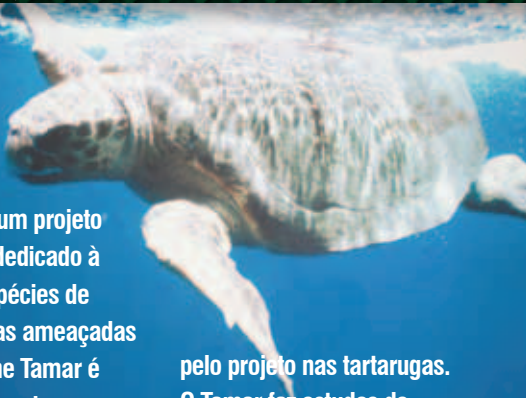
O pica-pau tem ouvidos capazes de escutar o barulho de larvas de cupins, formigas e outros insetos se mexendo dentro do tronco das árvores. Para furar a madeira no ponto certo onde está seu rango, o pássaro também arrisca algumas bicadas para explorar o terreno. Por meio da batida do bico, ele consegue localizar espaços ocos, onde a probabilidade de achar comida é maior. Em média ele dá 100 bicadas por minutos.



O TAMAR

O Projeto Tamar é um projeto conservacionista, dedicado à preservação de espécies de tartarugas-marinhas ameaçadas de extinção. O nome Tamar é uma contração das palavras tartaruga e marinha, usadas, a partir de 1980, para a identificação das pequenas placas de metal utilizadas

pelo projeto nas tartarugas. O Tamar faz estudos de biometria, monitoramento das rotas migratórias (e outros) e possui vinte e duas bases, do Ceará à Santa Catarina.



Os borrachudos

A substituição de moedas por cheques foi feita pela primeira vez pelos Cavaleiros Templários, uma ordem formada por monges guerreiros, criada para defender Jerusalém dos chamados “infiéis”. Para se protegerem, eles criaram o cheque para trocar os companheiros de outras cidades. No Brasil, há vários tipos de cheques, principalmente os voadores e os borrachudos.

例 烈 刁 玳 蛤
弘 祚 勇 刀 捷
狼 愠 畏 良 倨
牯 鯪 魚 力 虎

Tudo em japonês

O alfabeto japonês é composto, na verdade, por três alfabetos diferentes, são eles: Kanji, Hiragana, Katakana.



Os cinco arrependimentos

O livro “Os cinco principais arrependimentos de pacientes terminais” foi escrito por Bonnie Ware, uma enfermeira americana especializada em cuidar de pessoas próximas da morte. Confira:

1. Eu gostaria de ter tido coragem de viver uma vida fiel a mim mesmo, e não a vida que os outros esperavam de mim
2. Eu gostaria de não ter trabalhado tanto
3. Eu gostaria de ter tido coragem de expressar meus sentimentos
4. Eu gostaria de ter mantido contato com meus amigos
5. Eu gostaria de ter me deixado ser mais feliz

Mil graus

O napalm foi largamente utilizado no Sudeste Asiático durante a Guerra do Vietnã pelos americanos. Mistura de gasolina com uma resina bastante espessa de palmeira. Em combustão, gera temperaturas superiores a 1.000 °C, adere à pele, queimando os músculos e fundindo os ossos. Além disso, libera monóxido de carbono, fazendo vítimas também por asfixia.





CURSOS

Rondon



Apontamento da Cana-de-Açúcar

O SENAR-PR, o Sindicato Rural de Rondon e a Usina Santa Terezinha ofereceram o Curso de Apontamento da Cana-de-Açúcar no último dia 25 de janeiro. A turma com 10 participantes teve como instrutor Luiz Paulo Corso, que trabalhou também conteúdos de Liderança, Gestão de Equipes e Competências Interpessoais.

Planalto



Jardineiro

Nos dias 21, 24 e 25 de janeiro, um grupo de 11 produtores e trabalhadores rurais da Comunidade de Linha Centro Novo, no município de Planalto, participaram do Curso de Jardineiro. O curso foi realizado em parceria entre o Sindicato Rural de Planalto e o SENAR-PR. A instrutora do grupo foi Nágila Lavorarati.

Jandaia do Sul



Transporte Rodoviário

O Sindicato Rural Patronal de Jandaia do Sul em parceria com o SENAR-PR, Senat, Cooperval e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul (Fafijan) promoveu a realização do curso de Condutores de Veículos de Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros. O curso, com 40 horas, aconteceu no período de 6 a 10 de fevereiro, tendo a participação de 18 funcionários da usina Cooperval. As aulas aconteceram no laboratório de informática da Fafijan.

Irati



Plasticultura

O Sindicato Rural de Irati em parceria com o SENAR-PR realizou o curso de Trabalhador na Olericultura Básica – Plasticultura nos dias 3, 6 e 7 de dezembro de 2011, na comunidade rural Boa Vista de Pirapó. O grupo de dez agricultores teve como instrutor Luiz Sergio Kreпки. As aulas práticas foram realizadas na propriedade do agricultor Oscar Orchell, produtor de hortaliças no município de Irati. A prefeitura de Palmeira contribuiu com um veículo para o deslocamento dos participantes às aulas práticas.

Joaquim Távora



Derivados do Milho

O SENAR-PR, em parceria com o Sindicato Rural de Joaquim Távora e Associação de Mulheres Atuais Rurais, ofereceu dois cursos para aperfeiçoamento das mulheres que participam da associação. Nos dias 26 e 27 de janeiro foi realizado o curso de Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de cereais - básico em milho para as associadas. O grupo com 11 participantes teve como instrutora deste grupo foi Luzinete Zanin. Nos dias 30 e 31 de janeiro foi realizado o curso de Produção Artesanal - Derivados de Leite para produção de queijos, mussarelas e doces. A instrutora do grupo com 13 mulheres foi Maria Luzinete Zanin.

Assaí



Posse

No dia 3 de janeiro foi reeleito presidente do Sindicato Rural de Assaí, Mamoru Kogio. Junto com ele também foram eleitos o vice-presidente Antonio Levindo e como tesoureiros Roberto Hakuo Izu e David Felix Pessoa. O mandato da diretoria irá até 3 de janeiro de 2015.

Ubiratã



Posse

O presidente do Sindicato Rural de Ubiratã, Domingos Sankithi Watanabe, foi reeleito para o cargo no dia 2 de fevereiro. Com ele foram eleitos o vice-presidente Osmar João Bertoli Junior e Neusa Pontelo do Nascimento e Anderson Fernando Pontelo como tesoureiros. Esta diretoria fica no cargo até 7 de fevereiro de 2015.

Santa Isabel do Ivaí



Operação e na Manutenção de Motoniveladoras

O Sindicato Rural de Santa Isabel do Ivaí, em parceria com o SENAR-PR e as prefeituras de Santa Isabel do Ivaí, Planaltina do Paraná e Santa Mônica, ofereceu o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motoniveladoras (patroleiro) motoniveladora avançado nos dias 24 a 28 de janeiro. O curso contou com nove participantes e teve como instrutor Newton Cardoso da Silva.

Por que a gasolina é cara

Na Venezuela
o litro custa
R\$ 0,003 e em
Nova Iorque
R\$ 1,71

Mesmo com o controle de preço dos combustíveis pelo governo – uma tentativa de estabilizar a inflação ao consumidor no país – o motorista brasileiro paga um dos litros de gasolina mais caros do mundo. Uma pesquisa da consultoria americana Airinc, obtida pelo jornal O GLOBO, mostra que a gasolina comum vendida nos postos do país (R\$ 2,90 por litro) custa 40% a mais do que em Buenos Aires (R\$ 2,08) e 70% acima do comercializado em Nova York (R\$ 1,71). Os dados foram coletados em 35 países, no mês de janeiro, e revela que a gasolina brasileira ocupa a 13ª posição entre as mais caras do mundo, próximo de países desenvolvidos. Como na Noruega, onde o combustível chega a custar R\$ 4,49. Também estão à frente do Brasil, Inglaterra e Itália.

Segundo especialistas, os impostos cobrados sobre o produto nas bombas são os responsáveis pela distorção. O preço do combustível ao consumi-

dor é atualmente composto por 39% de carga tributária (ICMS, Cide, PIS/Pasep e Cofins). Outros 18% são a margem da distribuidora e revendedora; 9% são o custo do álcool anidro (que é adicionado à gasolina) e mais 34% referem-se ao custo da refinaria. A Petrobras alega que recebe R\$ 1 por litro vendido.

O combustível brasileiro aparece na pesquisa com o mais caro da América Latina, superando países como Chile (R\$ 2,71), México (R\$ 1,29) e Venezuela (R\$ 0,03). Esta última tem o combustível mais barato do mundo.

Ao jornal carioca, a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, afirmou que «num tempo determinado, os preços terão que ser ajustados» ao ser perguntada sobre os impactos da perda com combustíveis da companhia no ano passado. “Comparando 2011 com 2010, tivemos uma diferença de R\$ 2,8 bilhões, o que é muito”, acrescentou Graça Foster.

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/01/2012



HISTÓRICO/CONTAS

	HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
		REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS /BANCÁRIAS
		1-11	12						
	Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
	Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00		18.368.737,44		2.341.952,64	-	25.007.844,70
	Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00		1.953.786,20		156.682,81	-	5.357.240,41
	Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00		1.936.070,81		-	-	3.418.028,96
	Setor de Equídeos	38.585,00	15.000,00		81.947,83		-	-	135.532,83
	Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-		8.169,13		-	-	14.007,74
	Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00		101.082,11		-	-	138.184,52
	Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		141.031,00	-	(141.031,00)
	CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
	Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-				141.031,00
	TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	22.588.474,61	**542.225,27	2.639.666,45	77.567,43	33.993.271,73
SALDO LÍQUIDO TOTAL									33.993.271,73

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Notas



Aula magna

Na quarta-feira, 8, no anfiteatro da Faculdade Unisep de Dois Vizinhos, aconteceu a aula magna do curso de Medicina Veterinária. A palestra foi feita pelo superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi, tratando da “Cadeia Produtiva do Leite: aspectos mundiais, nacionais e regionais, e o papel do profissional relacionado a este mercado”. Participaram do evento representantes do Sindicato Rural de Dois Vizinhos, o supervisor da regional do SENAR-PR - Pato Branco, da Sociedade Rural Vale de Iguaçu, além de alunos e professores do curso de agronomia, veterinária e farmácia.

Cartas

Sr. Presidente,

Tenha a certeza de que o deputado Nelson Padovani está somando todos os esforços para que esse pleito em relação à questão do seguro agrícola seja aprovado. Essa luta é nossa. Com atenção.

Wagner Rodrigues,
chefe de gabinete do dep. Nelson Padovani.

EXPEDIENTE



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Luiz de Oliveira Netto e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação, Ilustração e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Não sei!



“Se você ainda não sabe qual é a sua verdadeira vocação, imagine a seguinte cena: Você está olhando pela janela, não há nada de especial no céu, somente algumas nuvens aqui e ali.

Aí chega alguém que também não tem nada para fazer e pergunta:
– Será que vai chover hoje?

Se você responder “ah, a meteorologia diz que não”... você é da área de Contabilidade: O pessoal da Contabilidade sempre confia mais nos dados do que nos próprios olhos.

Se a resposta for “depende”... você nasceu para Recursos Humanos: Uma área em que qualquer fato sempre estará na dependência de outros fatos.

Se a resposta for “sei lá, estou pensando em outra coisa”... então a sua área é Marketing: O pessoal de Marketing está sempre pensando no que os outros não estão pensando.

Se você responder “com certeza”... a sua área é Vendas: O pessoal de Vendas é o único que sempre tem certeza de tudo.

Se a resposta for “sei lá, mas por via das dúvidas eu trouxe um guarda-chuva”: Então seu lugar é na área Financeira que deve estar sempre bem preparada para qualquer virada de tempo.

**Antônio Ermírio de Moraes, 93 anos, engenheiro metalúrgico, empresário do Grupo Votorantim com áreas de atuação que incluem metais, cimento, papel, química, eletricidade, sucos e outras.*

Se você responder “sim, há uma boa probabilidade”... você é da área de Engenharia: O pessoal da Engenharia está sempre disposto a transformar o universo em números.

Agora, se você responder “não sei”... há uma boa chance de que você tenha uma carreira de sucesso e acabe chegando à diretoria da empresa.

De cada 100 pessoas, só uma tem a coragem de responder “não sei” quando não sabe. Os outros 99 sempre acham que precisam ter uma resposta pronta, seja ela qual for, para qualquer situação. “Não sei” é sempre uma resposta que economiza o tempo de todo mundo, e pré-dispõe os envolvidos a conseguir dados mais concretos antes de tomar uma decisão. Parece simples, mas responder “não sei” é uma das coisas mais difíceis de se aprender na vida profissional. Por quê?

Eu sinceramente “não sei”.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____

Responsável